

Sidney Bittencourt

**CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
E OUTROS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA
DE RECURSOS PÚBLICOS**

1ª edição • 2019
São Paulo — SP

1170794

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B547c

Bittencourt, Sidney, 1953-

Convênios administrativos e outros instrumentos de transferência de recursos
públicos / Sidney Bittencourt. - 1. ed. - São Paulo : Letras Jurídicas, 2018.
256 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788582481127

I. Direito administrativo. I. Título.

18-48586

CDU: 342.9(81)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

22/03/2018 26/03/2018

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 1 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS X CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS.... | 23 |
| 1.1 O contrato administrativo..... | 23 |
| 1.2 O convênio administrativo | 25 |
| 2 CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA..... | 47 |
| 2.1 Evolução normativa..... | 47 |
| 2.2 O conceito de convênio de natureza financeira | 49 |
| 2.3 Atores do convênio de natureza financeira | 49 |
| 2.4 Transferências voluntárias..... | 49 |
| 2.5 Contrato de repasse | 52 |
| 2.6 Termo de parceria..... | 52 |
| 2.7 Proibição de transferências voluntárias nos três meses que antecedem o pleito eleitoral | 52 |
| 2.8 Contratante e contratado..... | 55 |
| 2.9 Formas de celebração de convênios financeiros ou contratos de repasse | 55 |
| 2.10 Outros mecanismos de transferências de recursos públicos | 56 |
| 2.10.1 Contrato de gestão..... | 56 |
| 2.10.1.1 A questão da qualificação das Organizações Sociais e o Decreto regulamentar n. 9.190/2017..... | 63 |
| 2.10.2 Termo de execução descentralizada..... | 66 |
| 2.10.3 Consórcio público | 68 |
| 2.10.4 Termos de colaboração e de fomento | 69 |
| 3 AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS ESTABELECIDAS PELO ART. 116 DA LEI N. 8.666/93..... | 71 |
| 3.1 Objetivos do artigo | 72 |
| 3.1.1 O plano de trabalho | 74 |
| 3.1.2 Ciência à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal | 75 |

| | |
|---|-----------|
| 3.1.3 Exceções à regra | 76 |
| 3.1.4 Saldos dos convênios | 77 |
| 3.1.5 Receitas financeiras | 77 |
| 3.1.6 Saldos financeiros remanescentes..... | 77 |
| 3.2 Aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 aos convênios de natureza financeira..... | 78 |
| 4 AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA E CONTRATOS DE REPASSE ESTABELECIDAS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/ MF/CGU N. 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016 | 81 |
| 4.1 Definições..... | 82 |
| 4.2 Regras introdutórias | 86 |
| 4.3 Hipóteses de não aplicação da Portaria n. 424/2016 | 88 |
| 4.4 Níveis para a celebração dos instrumentos..... | 90 |
| 4.5 Local para a formalização dos convênios e termos de parceria | 91 |
| 4.6 Cadastramento no Siconv – o Chamamento Público..... | 100 |
| 4.7 Vedações à celebração de convênios | 104 |
| 4.7.1 Inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin | 109 |
| 4.7.2 Encerramento de convênios vigentes com objeto relacionado ao pagamento de custeio continuado do proponente | 114 |
| 4.8 Plurianualidade..... | 114 |
| 4.9 Fases do convênio de natureza financeira ou dos contratos de repasse | 114 |
| 4.9.1 Fase 1: <i>Proposição</i> | 115 |
| 4.9.1.1 Cadastramento | 115 |
| 4.9.1.2 Proposta de trabalho | 117 |
| 4.9.1.3 Contrapartida | 119 |
| 4.9.1.4 Plano de trabalho | 123 |
| 4.9.1.5 Projeto básico e termo de referência | 125 |
| 4.9.1.5.1 O projeto básico | 125 |
| 4.9.1.5.2 O termo de referência | 128 |
| 4.9.1.5.3 Regras referentes ao projeto básico e ao termo de referência | 129 |
| 4.9.2 Fase 2: <i>Celebração</i> | 132 |
| 4.9.2.1 Outras condições para a celebração dos instrumentos..... | 142 |
| 4.9.2.2 Celebração de instrumentos com pendências | 148 |
| 4.9.2.3 Cláusulas obrigatórias para a formalização dos instrumentos | 148 |
| 4.9.2.4 Aprovação da minuta | 154 |
| 4.9.2.5 Publicidade | 159 |

| | |
|--|------------|
| 4.9.2.6 Alterações no acordo..... | 160 |
| 4.9.3 Fase 3: Execução | 160 |
| 4.9.3.1 Vedações na execução dos instrumentos | 162 |
| 4.9.3.2 Permissões nos instrumentos celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos..... | 167 |
| 4.9.3.3 Divulgação dos instrumentos na internet | 169 |
| 4.9.3.4 Controle na execução dos instrumentos celebrados | 170 |
| 4.9.3.5 Regras para a liberação dos recursos para a execução dos instrumentos . | 173 |
| 4.9.3.6 Outras regras atinentes à execução dos instrumentos..... | 174 |
| 4.9.3.7 Contratações de terceiros realizadas pelos que receberem recursos públicos | 176 |
| 4.9.3.8 Contratações realizadas por entidades privadas sem fins lucrativos. | 177 |
| 4.9.4 Fase 4: <i>Prestação de contas</i> | 180 |
| 4.9.4.1 Tomada de Contas Especial (TCE)..... | 183 |
| 4.9.4.1.1 O processo de Tomada de Contas Especial (TCE) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU)..... | 190 |
| 5 TERMOS DE PARCERIAS | 195 |
| 5.1 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)..... | 196 |
| 5.2 A qualificação como OSCIP | 198 |
| 5.3 O termo de parceria | 203 |
| 5.4 A questão da instauração de licitação para a seleção da OSCIP com a qual a Administração firmará o termo de parceria | 205 |
| 5.5 A questão da instauração da licitação para as contratações realizadas pelas OSCIPs com dinheiro público | 210 |
| 5.6 A questão da participação de OSCIPs em licitações | 214 |
| 6 LEI N. 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) – OS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO | 219 |
| 6.1 Definições importantes | 222 |
| 6.1.1 Os termos de colaboração e de fomento | 225 |
| 6.1.1.1 Normas de organização interna das OSCs..... | 226 |
| 6.1.1.2 Documentos a serem apresentados pelas OSCs para habilitação | 227 |
| 6.2 Providências da Administração Pública para a celebração de parcerias com as OSCs..... | 228 |
| 6.2.1 A questão do parecer jurídico..... | 229 |
| 6.3 O chamamento público das OSCs | 231 |

18 CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS

| | |
|---|------------|
| 6.4 Atuação em rede..... | 237 |
| 6.5 Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) | 237 |
| 6.6 Compras e contratações realizadas pelas OSCs..... | 240 |
| 6.7 Acordos de cooperação..... | 241 |
| 6.8 Situações não regidas pela Lei n. 13.019/2014 | 242 |
| 6.9 Não aplicação das normas da Lei n. 8.666/93 | 243 |
| REFERÊNCIAS..... | 245 |